

Departamento Jurídico, apoio essencial na expansão da Aqualia

Elena Barroso | Diretora da Assessoria Jurídica da Aqualia

A expansão internacional da Aqualia implica o alargamento de muitas das responsabilidades dos seus departamentos, incluindo a Assessoria Jurídica chefiada por Elena Barroso. Conversamos com ela sobre o desempenho da sua área, sobre a sua contribuição na tomada de decisões da empresa, sobre a regulamentação ou inteligência artificial, entre outros temas.

Todo o âmbito da legislação é por si só um contexto em constante evolução. Além disso, as medidas de controlo e promoção para a mitigação dos efeitos negativos das alterações climáticas são igualmente um motor de constante mudança na legislação. Falámos sobre isto com Elena Barroso, diretora do departamento de Assessoria Jurídica da Aqualia.

A atenção dada à governança é cada vez mais significativa, em parte devido ao impulso dos critérios ASG que esclarecem e ampliam a sua importância. Até que ponto a função da direção jurídica facilita esta governança dentro da organização? Qual o papel do seu departamento no governo corporativo e na garantia dos valores éticos da empresa?

O departamento Jurídico de uma empresa desempenha um papel essencial quando o assunto é governança. E, uma vez que o Conselho de Administração deve ser o principal defensor da

governança das empresas, o departamento Jurídico, pelo seu trabalho de assessoria à direção ao mais alto nível da empresa, representa um pilar básico para garantir a sustentabilidade e a estabilidade financeira a longo prazo.

Por outro lado, o nosso trabalho do dia a dia traduz-se na participação em projetos onde o nosso objetivo é garantir o cumprimento da legislação de cada país, mas sempre em equilíbrio com a defesa do interesse da empresa, tanto no plano económico, no crescimento e, também, claro, no respeito pelos valores éticos e pela reputação da empresa em todos os destinos onde operamos.

Deste ponto de vista gosto de salientar que não só assessoramos, o que responde a um processo mais técnico, mas também acompanhamos, algo que de certa forma tem um significado mais preciso e profundo do nosso trabalho. Por outras palavras, acompanhar significa ter noção não só sobre onde estão as linhas vermelhas legais, mas também assessorar sobre a melhor estratégia a seguir, com as

ferramentas ideais, para maximizar os objetivos da Aqualia e, claro, de todos os nossos stakeholders.

Na Aqualia regemo-nos por elevados padrões de excelência. Em linha com isto, garantimos que o apoio que prestamos no departamento Jurídico fortalece as ações, a competitividade e, sobretudo, as decisões. Estabelecemos a base jurídica que facilita a tomada de decisões.

Decisões conscientes

Pilar essencial

Este ponto é crucial quanto ao envolvimento do seu departamento, dado que qualquer processo de tomada de decisões numa empresa deve estar associado a um conhecimento profundo da legislação. Algo que ganha maior relevância quando se fala de uma empresa como a Aqualia que opera em 18 países, locais com idiossincrasias legislativas e geopolíticas próprias. Como você gerencia esse desempenho?

Participamos nas decisões – acompanhamos, como disse – e, ainda que não em todas, porque há muitas áreas e muitos departamentos, acredito que é positivo nas decisões chave em que o aspeto jurídico é importante. De certa forma, nos obrigamos a ir além do aspecto académico para focar em trabalhos mais práticos, o que também é um elemento que agregaria ao conceito de acompanhamento.

Estamos conscientes da magnitude que a nossa expansão internacional implica – dado que o EBITDA externo é quase comparável à nossa produção em Espanha – e constitui diretamente um desafio para o nosso departamento Jurídico. No entanto, temos muitas ferramentas para alcançá-lo. Por exemplo, contratar a assessoria de especialistas nas áreas jurídicas de interesse para a atividade que desenvolvemos em cada país



Elena Barroso | Diretora da Assessoria Jurídica da Aqualia

“Tomar decisões conscientes promove a sustentabilidade e gera valor no longo prazo.”

onde atuamos. Depois, e perante qualquer decisão, apresentamos critérios do ponto de vista da Aqualia e avaliamos, com base nos riscos, as alternativas e estratégias que nos parecem mais recomendáveis, e comunicamo-las aos diversos comités e à direção ao mais alto nível.

Em suma, uma boa governação corporativa é fundamental para facilitar a tomada de decisões

informadas por parte da equipa de gestão, mas é também um trabalho que envolve cada vez mais departamentos como o nosso. Afinal, tomar decisões conscientes promove a sustentabilidade e gera valor no longo prazo. Neste processo andamos de mãos dadas.

Para esclarecer este ponto tão interessante sobre a vossa forma de trabalhar e as implicações da expansão internacional da Aqualia, poderia descrever um pouco mais este desempenho? Que mecanismos dispõe o departamento para garantir o cumprimento em cada uma das zonas geográficas onde a Aqualia está presente?

Para uma empresa internacional é fundamental ser flexível, conhecer o terreno onde opera e adaptar as decisões às suas características específicas. Tudo isto mostra que a actividade internacional, embora possa tornar a estrutura empresarial mais complexa na aparência, não acarreta qualquer obstáculo à concretização da nossa actuação, pelo contrário, diversifica-a e enriquece-a. A partir daqui cuidamos de cada detalhe para que o impacto que cada tema possa ter nas linhas estratégicas da empresa seja o melhor.

Ou seja, estudamos as circunstâncias de cada país, medindo o envolvimento da nossa empresa no ambiente jurídico. Assim, as ações variam consoante o país onde a Aqualia opera e, de acordo com as relações contratuais, funcionam de uma forma ou de outra. Por exemplo, existe uma diferença sistémica se o país está integrado na União Europeia ou não. Se não estiver, na maioria das vezes criamos um departamento jurídico ou, como no caso da Geórgia, onde a empresa original já tinha um, optámos por mantê-lo e integrá-lo. Pelo contrário, na Colômbia criamo-lo do zero e, até hoje, já trabalham lá oito advogados. Na Chéquia temos dois advogados. Além disso, contamos com um painel de escritórios de advocacia com filiais em diversas partes do mundo. Ou seja, adaptamos os recursos humanos jurídicos em função das circunstâncias, como o risco geopolítico e regulatório de cada local.

“Temos que ir além do aspecto académico para focar em trabalhos mais práticos”.

Na Europa temos a vantagem de que todos os regulamentos de contratação se baseiam em directivas comunitárias. Por exemplo, em França não houve necessidade de criar um departamento específico, gerimo-lo a partir de Madrid com o apoio pontual de especialistas locais. Mas cada caso é um caso, em Itália, devido ao tipo de projectos aí realizados, criámos um departamento *ad hoc* porque sentimos que havia necessidade e demanda por ele, para facilitar a gestão jurídica.

Regulamentação

A constante evolução

Como é que o seu departamento gere o aumento considerável da regulamentação em geral, e ainda mais em termos de tudo o que visa aliviar os efeitos das alterações climáticas, especialmente da União Europeia?

O aumento da regulamentação nas áreas ESG veio para ficar. As comissões específicas de ASG são cada vez mais frequentes nas grandes empresas, dada a necessidade de responder às tendências nesta matéria, à cada vez mais exigente regulamentação europeia e às exigências dos investidores e entidades financeiras para verificarem o cumprimento destes valores e princípios que estas siglas representam.

De tudo o que vimos até agora, na Aqualia dispomos dos procedimentos adequados para antecipar as mudanças. No que diz respeito a Espanha, as constantes mudanças regulatórias são uma realidade com a qual trabalhamos sempre. Isto também acontece com os regulamentos da União Europeia. Para fazer face a esta situação, a experiência de cada departamento da Aqualia tem em consideração a legislação pertinente, o que não impede que a área jurídica providencie sempre a assessoria e o apoio necessários.

O conhecimento da regulamentação representa uma mais-valia para os clientes institucionais nacionais e internacionais, uma vez que podem contar com a sua assessoria em questões como a legislação hídrica, para antecipar alterações regulatórias. Você poderia dar um exemplo?

Precisamente, representantes do governo da Geórgia, antes de entrarem para a lista de candidatos à adesão à União Europeia, pediram-nos ajuda para desenvolver uma legislação relativa à água no país que fosse consistente, em matéria ambiental, com os requisitos da União Europeia. A Geórgia possui recursos hídricos muito ricos, mas enfrenta desafios ambientais muito importantes.

Pudemos aconselhá-los – com análises e critérios – com base em toda a nossa experiência e com o conhecimento de especialistas espanhóis em regulamentação em matéria de água, que é muito técnica do ponto de vista ambiental. Importa dizer que esta especialização em direito é bastante minoritária, dado que o conhecimento destas leis exige uma forte formação técnica. Algo que aumentou o valor da ajuda prestada pela Aqualia e foi muito apreciado pelas organizações georgianas.

Este padrão de acompanhamento e conhecimento regulamentar repete-se noutras outras áreas e é um aspeto que dá garantia de qualidade na prática diária das relações com os clientes.

Por fim, numa perspetiva mais geral e de médio e longo prazo, como vê a integração de tecnologias emergentes como a inteligência artificial na área jurídica, especialmente no contexto da gestão de informação?

A gestão do conhecimento e sua documentação são fundamentais e estão no centro da evolução do departamento jurídico. Por isso, estamos sempre atentos aos avanços trazidos pelas novas tecnologias. Na verdade, acreditamos que a inteligência artificial pode ser uma grande ajuda, principalmente quando se trata de lidarmos com uma enorme quantidade de informação diariamente.

Embora, do nosso ponto de vista, ainda não tenhamos encontrado uma ferramenta específica que facilite efetivamente esta gestão e se adapte aos nossos exigentes padrões, que são muito elevados. Algo que não nos impede de estudar constantemente novas possibilidades. A inovação tecnológica é algo vivo que se adapta e reformula de acordo com as circunstâncias sociais, tão viva quanto a legislação.